

Fique em casa: heterotopia, biopoder e construção de sentidos em discursos sobre a pandemia de Covid-19

Stay home: heterotopia, biopower and meaning production in discourses about the Covid-19 pandemic

Maria Eliza Freitas do Nascimento ¹

Antonio Genário Pinheiro dos Santos ²

RESUMO

Com a chegada da pandemia provocada pelo novo Coronavírus e a cobertura midiática de seu acontecimento, a sociedade assiste à constituição de uma narrativa de evidência em torno do adoecimento da população pela Covid-19. Nessa história, inscreve-se uma ordem do discurso que alavanca medos, dúvidas e incertezas, marcando o lugar do sujeito na relação consigo e com os outros. Assim, o objetivo deste trabalho é discorrer sobre a produção discursiva de sentidos em torno do enunciado *Fique em casa*, a partir de diferentes materialidades e dizeres sobre a pandemia. Buscamos destacar a casa, o lar, como espaço heterotópico que promove a seguridade social na contenção da disseminação da doença. Ancorados na arqueogenealogia de Michel Foucault, nosso gesto de leitura do enunciado leva em conta a discussão sobre as estratégias do biopoder e sobre o governo da população, atentando para o sentido como construto histórico e articulado em relações de saber-poder, cuja operação incide sobre os sujeitos.

Palavras-chave: Discurso. Heterotopia. Pandemia.

ABSTRACT

With the arrival of the pandemic and its widespread coverage by media, the society sees a production of a narrative of evidence related to the illness of the population which is caused by Covid-19. According to this story, there is a discursive order that causes fear, doubts and uncertainties, and that highlights the relation among the subjects. With this paper, we aim to discuss the discursive production of meaning about the enunciation *Stay Home*, considering different objects and discourses about the pandemic. We focus on the condition of home as a heterotopic space that promotes a social security in order to contain or prevent a further spread of the illness. Based on the archeogenealogy as it is proposed by Michel Foucault, our discursive reading gesture considers the biopower strategies and the government of the population, taking the meaning as a historical production and considering its articulation into knowledge-power relations, whose operation focuses on the subject positions.

Keywords: Discourse. Heterotopia. Pandemic.

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Natal/RN, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7343-5609>. E-mail: elizamfn@hotmail.com.

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com estágio-sanduiche na *University of Georgia* (UGA/USA) e em colaboração com o *Latin American and Caribbean Studies Institute* (LACSI). Natal/RN, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2261-9221>. E-mail: profgufrn@gmail.com.



1 PALAVRAS INICIAIS

A história será 'efetiva' na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranquilidade asseguradora da vida ou da natureza. (FOUCAULT, 2007a, p. 27)

Na perspectiva de ler a história do presente, busca-se refletir sobre o sentimento de (im)potência frente às questões que urgem por respostas diante de determinados eventos, os quais não representam uma linearidade das coisas, mas a irrupção de um acontecimento singular. Importa mostrar, diante da descontinuidade, como a história constrói e desconstrói a regularidade da vida em sua tranquilidade, como apresentado na epígrafe. Nestas condições, destacamos que é necessário compreender, na genealogia que instaura formas de ser e estar no mundo, como o sujeito se constrói no devir das movências que dissocia a unidade entre o que era e o que virá a ser, no eixo das sucessivas fragmentações temporais e espaciais.

Consideramos que com a pandemia provocada pelo novo Coronavírus (SARS-Co-2), que provoca a doença chamada Covid-19, a sociedade assiste à irrupção de um acontecimento singular, cujas margens são exploradas midiaticamente e sob a rubrica de uma narrativa de evidência. Nessa história, inscreve-se uma ordem do discurso que alavanca medos, suscita dúvidas e incertezas e marca o lugar do sujeito na relação que ele estabelece consigo e com os outros. Destacamos que é esse um momento a partir do qual é possível observar o funcionamento balizado de práticas discursivas e não discursivas, que se constroem através de um panorama que não se deixa aclarar na certeza da história, mas sim, nas pegadas invisíveis do que estar por vir.

Nesta zona intervalar de discursividade e de produção de sentidos surgem estratégias biopolíticas (FOUCAULT, 2008) de contenção do risco, já que a Covid-19 é patologicamente enquadrada como uma doença de rápida disseminação e contágio. Ela pode provocar infecções respiratórias, ocasionando quadro clínico de adoecimento, cuja evolução pode variar de assintomático, a uma gravidade elevada e até à morte. Assim, para conter o perigo e a disseminação da doença são adotadas medidas intensivas que incluem práticas de higiene e restrição da circulação de pessoas para evitar o contato social. Entre essas estratégias, o distanciamento social, o isolamento, a quarentena e o *lockdown* são as formas mais utilizadas no Brasil e no mundo. Diante de tais medidas, aparece na sociedade uma grande produção e circulação de discursos que instigam o controle do corpo em sua forma individual, no gesto disciplinar, bem como na regulamentação da população, como efeito de um biopoder que se instala na promoção da saúde e da vida humana.





É sob a égide desses discursos que mobilizamos tal discussão em torno do enunciado *Fique em casa*. Buscamos descrever e interpretar os sentidos então mobilizados nesta forma de dizer e de disciplinar o sujeito, destacando a condição de acontecimento discursivo pela singularidade e regularidade que o enunciado mobiliza. Trata-se de atentar, no escopo da cobertura midiática do acontecimento, para os discursos produzidos em decorrência da pandemia, os quais apresentam tal enunciado em diferentes materialidades, construindo efeitos de sentidos diversos. Defendemos que há, na ordem do enunciável, insistentes efeitos de poder e de saber que potencializam o discurso em sua relação com a verdade e o sujeito. Poder e saber funcionando numa relação de nunca acabar (INDURSKY, 2007) para promover modos de subjetivação pelo governo de si e do outro, isto é, o funcionamento do poder sobre a vida, o biopoder, marcado na alcunha do *fazer viver* em sociedade.

Pela leitura discursiva em torno do enunciado *Fique em casa*, notamos que há um deslocamento de sentido no jogo com o acontecimento, a partir do qual incide, sobre o sujeito, um trabalho mandatário do cuidado de si, a responsabilidade social e a preservação da saúde e da vida. Os efeitos do biopoder são mobilizados nas diferentes produções discursivas aqui analisadas e denotam como a historicidade, o efeito de uma memória social e discursiva, assim como a produção de sentido, são notadamente preponderantes e catalizadoras da atividade midiática.

Este trabalho está embasado teoricamente no paradigma da Análise do Discurso de vertente francesa, em permanente diálogo com Michel Foucault, em especial, nas diretrizes do método arqueogenealógico. Os efeitos do biopoder são mobilizados nas diferentes produções discursivas que serão analisadas, através do gesto de leitura que liga o acontecimento da pandemia de Covid-19 com o enunciado *Fique em casa*, compreendendo o lar, a casa, como espaço heterotópico. Problematizamos como este espaço residencial de convívio privado e íntimo passa a ser trabalhado discursivamente para constituir-se como um dos lugares possíveis de reclusão, de cuidado de si e de disciplinamento de condutas e comportamentos do sujeito. Antes, porém, trilhamos os caminhos teóricos que fomentam nosso estudo.

2 DE COMO SE DÁ O ACONTECIMENTO NA HISTÓRIA

No espaço das lutas cotidianas descortina-se uma rede de acontecimentos que precisam ser vistos sob o prisma das estratégias e das táticas de poder e saber, as quais ligam os discursos, as formas de dizer a um campo de batalha, de enfrentamento de forças bélicas. Na descrição de uma genealogia do acontecimento da pandemia de Covid-19, não interessa buscar a origem como ponto primeiro de





sua irrupção, como uma identidade e uma verdade que se quer revelar. Importa pensar a história não pela imanência das precedências ou sucessões possíveis, seus ligamentos lineares, mas na sua descontinuidade, na sua condição de duração múltipla. Assim, importa compreender “o que se passou na dispersão que lhe é própria, demarcar os acidentes, os ínfimos desvios, os erros, as falhas, [...] e descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existe a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (FOUCAULT, 2007b, p. 21).

Nessa relação, a pandemia provocada pelo novo Coronavírus produz o acidente; ela instala um cenário de quebras e rupturas, um novo estado de coisas que fogem à ordem social estabelecida. Prima-se por perceber nessa história uma relação de forças que se instaura em diferentes relações de poder e saber, as quais tomam o corpo da população como lugar de inscrição de acontecimentos e de agenciamento discursivo, por vias de um percurso histórico que legitima as práticas sociais.

Torna-se oportuno discutir como a história produz acontecimentos que justificam essas práticas, sempre com um olhar voltado para a emergência do acontecimento a ler. É possível compreender os pontos de deriva que fazem entrar em cena as forças, os deslocamentos passados que alimentam o devir e promovem fraturas naquilo que seria uma linearidade histórica (FOUCAULT, 2005).

A genealogia, com Nietzsche, distancia-se de um estabelecimento da origem. Foucault (2007b) parte dessa questão para embasar suas pesquisas genealógicas para descortinar o lugar da certeza, da linearidade e da continuidade da história. Por isso, parte do pensamento de que “a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (FOUCAULT 2007b, p. 15).

É na busca por esses caminhos embaralhados que podemos discutir, por exemplo, o que faz uma doença ultrapassar o lugar de epidemia para tornar-se uma pandemia, em pleno século XXI. O imprevisível do acontecimento coaduna com a visão de mundo do tempo presente, a qual se apresentava como futurista, no sentido de um progresso mediado por avançadas tecnologias, as quais buscam por meio do conhecimento científico a inovação para suprir as necessidades humanas nos mais variados aspectos.

Conforme apresentamos no estudo sobre a algoritmização da vida no discurso da pandemia, com notas sobre a categorização numérica do sujeito (SANTOS; NASCIMENTO, 2020, p. 190), no enunciado *Fique em casa*, “o sentido enfatiza uma marca inquestionável de uma narrativa do presente”, uma determinada forma de dizer que mostra e transcreve a história da humanidade no escopo da disseminação do vírus. Desse modo, a ameaça do inimigo invisível promove estado de alerta e eleva os





níveis de seguridade social, fazendo retomar a história das grandes epidemias, na tentativa do combate que não provoque o caos e a desordem na sociedade. É nessa busca que o acontecimento do presente tem pontos de irrupção, que retomam memórias gastas pelas sombras do passado e ativadas pela ficção de grandes produções cinematográficas.

Assim, como podemos encontrar no texto *A história da humanidade contada pelo vírus*, de Ujvari (2012), várias pandemias já assolaram e marcaram a humanidade em diferentes momentos de sua história. Entre elas, destacam-se a peste negra, a varíola, a cólera, a gripe espanhola e a gripe suína H1N1, considerada a primeira pandemia do século XXI. Além disso, sabemos de muitas outras epidemias ao redor do mundo, todas elas ilustrando cabalmente o poder de transmissão dos vírus. Ujvari (2012), ao discutir sobre o Ebola na África, destaca como a nova doença espalhou-se de maneira explosiva, mostrando que o vírus caminhou de nação para nação, encontrando um cenário social de mazelas e de carência – guerra, pobreza, urbanização e prostituição, uso de medicamentos e vacinas com agulhas não descartáveis – que favoreceu sua disseminação.

Nota-se, neste caso, que a emergência da doença provocada pelo Coronavírus tem relação com outras grandes mazelas sociais que assolaram a humanidade, haja vista que ela vem amplificar, por exemplo, o fosso da desigualdade social, da concentração de renda, da falta de estrutura dos sistemas de saúde. Neste percurso, a doença vem modificar a ordem do que é proposto como normal, por meio da concepção de norma, considerada tanto em aspectos naturais quanto sociais, isto é, envolvendo questões que dizem respeito à forma como a doença é compreendida. Com isso, segundo Canguilhem (2009, p. 108- 109):

[...] o normal é, ao mesmo tempo, a extensão e a exibição da norma. Ele multiplica a regra, ao mesmo tempo que a indica. Ele requer, portanto, fora de si, a seu lado e junto a si, tudo o que ainda lhe escapa. Uma norma tira seu sentido, sua função e seu valor do fato de existir, fora dela, algo que não corresponde à exigência a que ela obedece.

É nesse contexto que buscamos relacionar a irrupção da pandemia com o conceito de norma, por entender que por meio da doença a norma social é redimensionada. Tudo que se entende por normal, por padrões de normalidade em termos de práticas cotidianas, sofre modificações por manobras das relações de poder e saber que buscam normatizar a sociedade para o controle da doença, em busca do bem-estar da população.

Assim, se pensarmos que “uma norma, uma regra, é aquilo que serve para retificar, por de pé, endireitar. ‘Normar’ ou normalizar seria, então, impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado hostil





[...]” (CANGUILHEM, 2009, p. 109), as regras de conduta social, no que tange ao comportamento, modos de ser e agir dos sujeitos, incluindo a mobilidade e o direito de ir e vir, constitucionalmente garantido, reconfiguram-se em torno do que pode pôr em risco a vida, devido à possibilidade de contágio da doença.

Sendo assim, medidas são adotadas como normas para minimizar as formas de contágio e proliferação do vírus. Dentre elas, podemos destacar o distanciamento, o isolamento social, a quarentena e o *lockdown* ou bloqueio total, consideradas como estratégias biopolíticas para o enfrentamento da pandemia; medidas essas que restringem o contato entre as pessoas, estimulando-as a permanecerem em casa. Essas questões assentam-se no discurso científico que legitima o saber na comprovação de como tais práticas garantem o controle da circulação do vírus e redução da doença. Esse sentido vem articulado à vontade de verdade do enunciado científico, na perspectiva de que “não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulem entre os enunciados científicos [...] qual é esse regime interior de poder” (FOUCAULT, 2007b, p. 4).

Desse lugar da produção discursiva da verdade emerge outra discursividade, na qual o medo da doença dissemina formas de ser e estar em sociedade. É nesse contexto que surgem dispositivos ligados ao medo, a disseminação diante de uma doença que não tem tratamento nem vacina. Isso provoca táticas forçadas que restringem o contato entre as pessoas, incluindo família e amigos, bem como um discurso de prevenção alicerçado em práticas de higiene que incluem: lavar constantemente as mãos, o uso de álcool em gel, o uso de máscaras faciais, luvas descartáveis e recursos tecnológicos quem medem a temperatura. Tais táticas são instrumentos de uma positividade que, por sua vez, faz valer a norma entre o que está sadio e o possível infectado que precisa ser segregado, no seio do isolamento hospitalar ou domiciliar.

Em face do acontecimento da pandemia de Covid-19, em busca da contenção do risco e da ameaça da doença, todas as medidas adotadas que restringem o contato social fomentam práticas discursivas e não discursivas que impõem, ao sujeito, a máxima do ficar em casa, mobilizando esse lugar como heterotópico. Assim, o lar configura-se como o espaço mais seguro para evitar o risco de contaminação. As medidas de isolamento social serão aqui discutidas em face das relações de poder e saber, alicerçadas no biopoder e na noção de heterotopia, de acordo com o olhar que Foucault atribuiu ao termo. Sobre essas questões discutiremos a seguir.





3 HETEROTOPIA E BIOPODER: ATRAVESSAMENTOS HISTÓRICOS DA NORMATIZAÇÃO E DO ISOLAMENTO SOCIAL

A sociedade produziu em diferentes épocas maneiras outras de lidar com o corpo em busca do controle e de formas de regulamentação. Os caminhos traçados para alcançar esse fim foram marcados pela criação de lugares específicos que apontam para o conjunto das heterotopias. O conceito de heterotopia foi discutido por Foucault (2009), no texto *Outros Espaços*, no qual apresenta o século XX como o século do espaço, argumentando que a época atual seria, sobretudo a época do espaço. Época da simultaneidade, da justaposição, do próximo e do distante, do lado a lado, do disperso. De um momento em que o mundo é experimentado menos como uma grande vida que se desenvolveria através do tempo e mais como uma rede que liga pontos e entrecruza seu emaranhado (FOUCAULT, 2009).

É nessa marcação dos espaços que notamos o posicionamento dos sujeitos frente às demandas sociais, em termo de práticas e desdobramento dos acontecimentos. O espaço é hoje heterogêneo em sua formação, sendo, portanto, constituído como um feixe de relações que se estabelece no âmbito social, fazendo circular pontos de deriva e de diferentes experiências entre o tempo e o espaço. Com isso, observa-se a constituição de espaços, em formas gerais, descritos por Foucault (2009) como as utopias, as quais são posicionamentos sem lugar real, espaços essencialmente irrealis na sociedade, em uma sociedade aperfeiçoada. Em oposição a esses, o autor destaca outros espaços sociais, afirmando que:

Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécie de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécie de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias. (FOUCAULT, 2009, p. 415).

Na perspectiva foucaultiana, há essencialmente dois tipos de lugares heterotópicos: as heterotopias de crise, nas quais “há lugares privilegiados, sagrados ou proibidos, reservados aos indivíduos que se encontram em relação à sociedade e ao meio humano no interior do qual eles vivem, em estado de crise” (FOUCAULT, 2009, p. 416). Entre esses indivíduos o autor cita, entre outros, os adolescentes, as mulheres de resguardo e os velhos. No segundo tipo estão as heterotopias dos





desvios, “aquela na qual se localizam os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou a norma exigida. São as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas, as prisões” (Ibidem, 2009, p. 416).

As heterotopias de crise vão se modificando ou desaparecendo de acordo com as culturas e as práticas de regulamentação social que incidem sobre os sujeitos. Dessa forma, a proficuidade das heterotopias surge como “possibilidade alternativa para se compreender a dimensão do espaço social, e de como ele abriga e aproxima diferentes espaços que constituem a existência humana e a celebram em toda a sua complexidade” (KRÜGER JUNIOR, 2016, p. 23). Nessa relação com os espaços, fica evidente que as heterotopias de desvio fomentam práticas de segregação na sociedade em diferentes momentos. É o aprisionamento do corpo que vai resultar em diferentes práticas de adestramento e disciplinamento dos corpos desviantes, ilustrado, principalmente, pela internação do louco no asilo e no hospital geral.

É oportuno relacionar a discussão dos espaços heterotópicos com as questões que envolvem desde a exclusão do leproso até as formas de aprisionamentos que incidem com a quarentena do pestífero. Nesse percurso, vale destacar que na obra *A História da loucura*, Foucault (2010a) discute os deslocamentos e as condições de possibilidades que fizeram a loucura emergir para a condição de doença mental. Para tanto, explora os espaços movediços que se operam entre a lepra, as doenças venéreas e a loucura em diferentes momentos na história.

A exclusão do leproso, na Idade Média, representava uma prática social de distanciamento, de isolamento para não haver o contato de um indivíduo leproso com o não-leproso. Havia o afastamento do doente dos muros da cidade, visando não contaminar a comunidade. Foram criados os leprosários que acolhiam parte dos leprosos e os que não estavam internos foram proibidos de permanecer circulando. No entanto, por volta do século XV, a incidência da lepra e o problema do confinamento começam a desaparecer deixando em suspenso uma preocupação do poder em torno dessas questões, tendo em vista que esses mecanismos de exclusão, de exílio e de recusa não se mantiveram para sempre (FOUCAULT, 2010a).

Desse modo, segundo Foucault (2010a, p. 6) “a lepra se retira, deixando sem utilidade esses lugares obscuros e esses ritos que não estavam destinados a suprimi-la, mas sim a mantê-la a uma distância sacramentada”. O que se mantém, ainda com os leprosários vazios, são os valores e as imagens do personagem do leproso. É o sentido dessa exclusão e a importância para o grupo social dessa figura insistente e temida que permanece (FOUCAULT, 2010a). Assim, ao sair de cena, a lepra é substituída inicialmente pelas doenças venéreas, uma vez que os doentes ocuparam os antigos hospitais de leprosos, porém não são esses que irão ocupar o lugar histórico dos excluídos.





O espaço vazio deixado pela lepra foi preenchido pelo objeto que se constituiu ligado ao internamento: a loucura. De acordo com Foucault (2010a), se antes os loucos tinham uma vida errante, no século XVII conhecerão o aprisionamento como lugar de exclusão. Essa substituição não se dá de modo passivo, sendo necessário quase dois séculos para a loucura tomar seu lugar, sendo embarcada no período da renascença por diversas experiências, das quais Foucault sinaliza a *Nau dos Loucos* como lugar de viagem simbólica.

Nesse limiar de experiências, a loucura foi envolvida em dizibilidades que a diferencia da razão no interior das práticas sociais. Ela foi pensada em sua dimensão histórica, sob diversos aspectos, entrando no rol das inquietações humanas. Também foi envolvida em singularidades e fragmentações, numa visão arqueológica que Foucault empreende no percurso que marca a loucura em diferentes contextos até chegar à experiência clássica e moderna que a define como doença mental (FOUCAULT, 2010a).

No entanto, não nos interessa tratar esse percurso, mas mostrar alguns deslocamentos que faz a loucura entrar em jogos de verdade que a levam ao aprisionamento. “Ela não irá mais de um aquém para um além, em sua estranha passagem. Ela está amarrada, solidamente, no meio das coisas e das pessoas. Retida e segura. Não existe mais a barca, porém o hospital”. (FOUCAULT, 2010a, p. 42). Vê-se que o hospital passa a figurar como o espaço heterotópico, no qual a loucura pode ser controlada, retirada de cena da paisagem social, silenciada nos muros.

Aparecem nesse cenário várias casas de internamento, além do Hospital Geral e dos asilos. Nesse aspecto, o internamento é um lugar de assistência e castigo, pois a loucura está ao lado dos pobres, miseráveis e vagabundos que também eram trancados. Essas instituições se preocupam com as formas de isolamento, ressaltando que “o gesto que aprisiona não é mais simples: também tem significações políticas, sociais, religiosas, econômicas e morais” (FOUCAULT, 2010a, p. 53). A lógica do internamento passa por essas questões, até chegar à preocupação com a medicina e a cura.

Percebe-se que o disciplinamento começa a chegar às instituições. Não há mais a exclusão da lepra, mas o aprisionamento que oportuniza a divisão entre o trabalho e a ociosidade. Segrega-se o corpo improdutivo nos espaços heterotópicos destinados à limpeza social, pois a relação de exclusão e de segregação tem bases em uma preocupação higienista, para controle e proteção da sociedade.

Desse modo, em meio à segregação que faz a loucura substituir a lepra, aparece outro medo para afligir a sociedade, sendo discutido pelo viés do poder de normalização, promovendo a ruptura entre o modelo de exclusão, seja da lepra ou da loucura, seja pelo banimento ou aprisionamento, para o modelo de inclusão do pestífero. Esse tema é discutido por Foucault no curso *Os anormais*,





ministrado no Collège de France, nos anos de 1974-1975, como forma de marcar a emergência de um poder de normalização, que enfoca dentre outras questões a relação entre o normal e o anormal.

Para tratar dessa questão, Foucault (2010b) explica como era estabelecida a quarentena em uma cidade onde a peste era declarada, no século XVIII. A inclusão do pestífero surge como uma nova tecnologia de defesa social por meio de um mapeamento das cidades para identificação da peste e declaração do estado de quarentena. Diante disso, havia o fechamento da cidade e o policiamento detalhado do espaço urbano que era esquadrinhado em distritos, que por sua vez agrupavam quarteirões e ruas. Em cada uma dessas esferas havia focos de poder centrados nas figuras do responsável pelo distrito, do inspetor do quarteirão e do vigia das ruas, que registravam tudo que era observado, em uma espécie de exame detalhado e da triagem entre os indivíduos que estavam doentes e os que não estavam, a fim de localizar a doença por meio de anotações e registros (FOUCAULT, 2010b). Esse estado de quarentena fomentava a organização do território e o controle das cidades, em um exercício contínuo do poder, caracterizando a heterotopia por meio da cidade esquadrinhada.

De acordo com Foucault (2010b, p. 39), “não se trata de exclusão, trata-se de quarentena, não se trata de expulsar, trata-se ao contrário estabelecer, de fixar, de atribuir um lugar, de definir presenças, e presenças controladas. Não rejeição, mas inclusão”. É nesse lugar que o controle do corpo é mais intensificado por diferentes relações de poder e saber, as quais buscam observar em detalhes estratégias de promoção da saúde e da vida. A quarentena estratifica tanto o lugar do sujeito doente, quanto do sadio, por meio de um ritual que objetiva atender a uma regra social e normatização da saúde, por meio do controle da doença.

Nas rupturas da história, na atualidade, devido à pandemia de Covid-19, observam-se estratégias no controle do corpo que estabelecem retomadas de técnicas para contenção do risco, com um efeito de semelhança com as questões acima comentadas. Nessa dimensão da história do presente, são as estratégias de biopoder, com destaque para a governamentalidade, que operam sobre a população, como forma de reduzir o contágio e a proliferação da doença, de modo a estabelecer a quarentena e o isolamento social.

Nessa ordem, há sobre a população a incidência de relações de poder, resultantes das estratégias da biopolítica, na efetividade de procedimentos de uma política que tem a vida como potência máxima, com o fim único de estabelecer formas de governo asseguradas no e pelo sujeito social. Essa estratégia convencionou-se chamar, na perspectiva foucaultiana, de governamentalidade, compreendida como:





O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permite exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2007b, p. 291).

Essa técnica de governo fomenta o Estado como promotor da gestão de práticas de promoção da vida, tendo a população como objeto, sobre a qual é necessário buscar uma regularidade que lhe é específica, destacando pelo saber da estatística o número de mortes, de doentes, de acidentes, as grandes epidemias; a população produz efeitos econômicos específicos (FOUCAULT, 2007b).

O governo da população é baseado em dispositivos de segurança que ativam o controle desses fenômenos que incidem sobre a vida. Na história do presente, a pandemia da Covid-19 narra as estratégias de governamentalidade para o controle da doença. Materializam-se relações de poder e saber que visam evitar o aumento dos casos de sujeitos infectados e do número de mortos. Os números marcam uma estatística da vida que fomenta as práticas de contenção do risco por meio do distanciamento, do isolamento social, da quarentena e/ou *lockdown*. Temos aqui o exercício de um biopoder que se estende do sujeito individual ao corpo social, em práticas de disciplinamento e regulamentação da população.

Para esta discussão, buscamos articular essas questões biopolíticas com a noção de espaços heterotópicos, na construção dos efeitos de sentidos no enunciado *Fique em casa*, produzidos em diferentes discursos sobre a pandemia, os quais permitem a articulação do dizer na sua condição de acontecimento, na sua relação com a história e no escopo da língua em funcionamento.

4 A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NO ENUNCIADO FIQUE EM CASA

Os discursos são produzidos e circulam socialmente por meio de diferentes enunciados. Por oportuno, nas condições de emergência de um discurso enquanto acontecimento faz-se necessário indagar “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2007a, p. 30), para escavá-lo na estreiteza e singularidade de sua situação, passando da dispersão para as regularidades das práticas discursivas. Assim sendo:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. De um lado está ligado a um gesto de escrita, de outro abre uma existência remanescente no campo da memória. É único como todo acontecimento, mas está aberto a repetição, a transformação, a reativação; está ligado a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2007a).





É nesse espaço de indagação, repetição e transformação dos enunciados que fomentamos o gesto de análise em torno de discursos sobre a pandemia, com um olhar aguçado para as práticas discursivas que se produzem em torno do enunciado *Fique em casa*. Nesse gesto de leitura, abre-se uma fresta para discutir, via discurso, o lugar de produção do sentido do enunciado em sua estreiteza de acontecimento que possibilita refletir sobre o lugar da casa como espaço heterotópico, em tempos de pandemia, ressignificando esse espaço pela segurança que pode proporcionar, em relação à ameaça provocada pelo Coronavírus e disseminação da doença da Covid-19.

A condição heterotópica da casa torna o lar um lugar de recolhimento, durante o período de quarentena, pela política do bem-estar social e na tentativa de fomentar a máxima do cuidado de si e dos outros. Sobre esse espaço domiciliar erguem-se contradições e deslocamentos de sentidos, uma vez que o lar é historicamente lugar de acolhimento, proteção e segurança por abrigar em seu interior a família, mas, em virtude da doença, este espaço filia-se também a sentidos de aprisionamento e reclusão. É sob esse olhar que a produção e circulação de discursos em torno da pandemia conclamam para o enunciado *Fique em casa*, a partir da singularidade e regularidade que este mobiliza. Nesse sentido, propomos compreender, segundo Foucault (2007a, p. 122) que:

[...] o discurso é constituído por um conjunto de seqüências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência. Conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico.

É neste vasto conjunto de enunciados que podemos falar nos discursos sobre a pandemia, os quais estão inseridos num amplo arquivo das dizibilidades na formação do objeto de que fala, neste caso, a doença provocada pelo novo Coronavírus. Consideramos que são eles enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva, apresentando efeitos de regularidade e de singularidade, mas também rupturas e descontinuidades. Poderíamos aqui discutir em profundidade sobre a formação do objeto discursivo, porém, para a proposta que agora apresentamos, convém situar que “as relações discursivas oferecem o objeto de que se pode falar, determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para falar do objeto” (FERNANDES, 2012, p. 31).

Dessa forma, destacamos que o discurso como prática discursiva possibilita relacionar o sujeito em diferentes posições de subjetividade e a construção dos sentidos em diferentes enunciados. É nessa ordem que a análise do enunciado *Fique em casa* mostra-se produtiva para a leitura dos





discursos sobre a pandemia, pois mobiliza essa forma de olhar para o sujeito, considerando-o neste espaço intervalar da história com a memória e com a língua em funcionamento.

Dada a irrupção do acontecimento da pandemia, selecionamos as seguintes materialidades discursivas, em meio a produção de discursos que circulam socialmente.

Figura 1: Chamadas *Fique em Casa* ³



Ao nos debruçarmos sobre um gesto de leitura discursiva das materialidades apresentadas, buscamos discutir como nesses discursos há produção de sentidos que incide em regularidade e singularidades sobre o enunciado *Fique em casa*. Corroboramos mais uma vez a questão em torno da casa como espaço heterotópico, na medida em que sobre esse espaço são construídos modos de vida, formas de ser e estar no período do isolamento social, da quarentena que se instala como regra social para contenção do vírus. Desse modo, “cada heterotopia tem um funcionamento preciso e

³ Disponíveis em: <http://www.noticiadireta.com.br/>; <https://www.ufrgs.br/>; <https://www.prefeitura.sp.gov.br/>; <https://beberibe.ce.gov.br/>; <http://arquidiocesedemaringa.org.br/>; <https://www.al.ma.leg.br/>.





determinado no interior da sociedade, e a mesma heterotopia pode, segundo a sincronia da cultura em que se encontra, ter um funcionamento ou outro” (FOUCAULT, 2009, p. 417).

O espaço da casa torna-se o lugar de reclusão para os sujeitos sociais que são governados por meio de insistentes manobras de poder e saber, sob a dupla articulação entre o poder disciplinar e as condições de emergência de um biopoder na gestão política sobre a vida. E isso, sobretudo, quando se busca gerir as populações através de programas de administração da saúde, da higiene, da sexualidade, da natalidade, etc. na medida em que elas se tornaram preocupações políticas (REVEL, 2005). O sentido no enunciado *Fique em casa* é construído no governo do outro, na promoção da saúde, visando à contenção do vírus.

Nos discursos apresentados na Figura 1, destacamos as relações interdiscursivas com outros enunciados produzidos na rede do dispositivo jurídico que expressa por meio de decretos governamentais, seja do governo federal, estadual ou municipal, as medidas de prevenção ao novo Coronavírus. Entre tais medidas estão o distanciamento, o isolamento social, a quarentena e até o *lockdown*, entendidas como formas de governar, de apontar caminhos para o controle da doença. Tais ferramentas do discurso jurídico tornam-se estratégia de governamentalidade que incidem sobre a população, pois são os decretos governamentais que determinaram o isolamento social, com base nos efeitos do saber da medicina que mostram essas medidas como as mais eficazes para o controle e prevenção do Coronavírus.

Por isso, a análise do discurso comporta um trajeto de leitura que oportuniza discutir diferentes materialidades que conclamam o enunciado *Fique em casa*. Na primeira materialidade, apresentada na Figura 1, destaca-se o discurso de uma campanha que produz efeito de sentido de apelo, através da forma como as campanhas consistem em técnicas de governar a população, nas táticas do governo do outro por meio da governamentalidade. Elas podem ser produzidas por diferentes órgãos e instâncias governamentais.

Da promoção de campanhas, age-se diretamente sobre a população, que aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo (FOUCAULT, 2007b). Na continuidade da análise da primeira materialidade discursiva, destacamos ainda o enunciado imagético que condensa o desenho da casa com o coração, fazendo repercutir o sentido de afetividade, de amor para com esse espaço domiciliar, envolvendo o sujeito na relação consigo e com o outro.

Na segunda materialidade discursiva, apresentada na Figura 1, o efeito de sentido de apelo mobilizado no enunciado *#Fique em casa*, como uma estratégia de governamentalidade, constrói-se por





meio de outro enunciado: *Isolamento é um ato de amor*. Implica um apelo emocional, sentimental, de afeto, no que tange a responsabilizar os sujeitos sociais a ficarem em casa, não por ser somente o seu lar, mas por amor a si e ao próximo, favorecendo o governo de si e dos outros. Nessas materialidades não se enuncia diretamente a questão da doença e do Coronavírus, o que justifica perceber os discursos em sua relação com a exterioridade, em um campo associado, no qual “o enunciado tem margens povoadas por outros enunciados” (FOUCAULT 2007a, p. 110). É na discursividade que podemos compreender o sentido dos enunciados em articulação com o acontecimento discursivo da pandemia.

Na terceira materialidade, apresentada na Figura 1, o efeito de sentido no enunciado *Fique em casa* é construído na relação com a prevenção da doença de forma mais evidente. Isso porque é discursivizado o nome do vírus no enunciado: *Coronavírus previna-se*, construindo efeito de apelo impacto que o nome do vírus já constrói nos sujeitos. Ficar em casa é uma forma de prevenir-se, sendo a prevenção uma tática do biopoder, em sua insistente busca pela valorização da vida. Essa materialidade é produzida pelo governo municipal, com efeito de campanha para envolver os sujeitos e fazê-los aderir à quarentena, mas na singularidade do sentido de proteger-se, prevenir-se da doença.

Essa produção de sentidos é também percebida na quarta materialidade discursiva da Figura 1, ao articular o enunciado *Fique em casa* com o outro enunciado verbal: *Cada rua vazia é uma multidão contra o vírus*. A estratégia discursiva promove um jogo de sentidos entre a rua vazia e a multidão, que no caso do acontecimento da pandemia marca a multiplicidade de sujeitos em casa, evitando espalhar a doença. A rua vazia marca o efeito de governamentalidade pela adesão à quarentena, ao isolamento social proposto como forma de normatização e prevenção em defesa da vida, como uma verdade que se quer produzir discursivamente.

Essas verdades emanam do discurso bélico, da narrativa de lutas e batalhas contra o inimigo que se quer vencer, destruir. É a guerra contra a doença que legitima a produção de sentido na articulação entre os dizeres e o enunciado da imagem que mostra a figura representativa do vírus cortado pelo símbolo que significa proibição, interdição de algo. Assim, no enunciado *cada rua vazia é uma multidão contra o vírus* – ressignifica práticas antes comuns de muitas pessoas circulando nas ruas, considerado dentro dos padrões de normalidade, por meio da nova conduta do *Fique em casa*, a qual bloqueia e interdita a circulação tanto do vírus quanto dos sujeitos. Por isso, a casa é o espaço de proteção, de acolhimento, mas também oportuniza o sentido silenciado de reclusão, de isolamento, lugar de onde não se pode ou não se deve sair.





Ainda na produção de sentidos dessas materialidades sobressai o efeito de governo do outro, percebido de diferentes formas. No caso da materialidade 5, tal efeito é produzido por meio da formação discursiva religiosa, na qual há uma posição discursiva que legitima, via discurso o enunciado – *faça novo apelo – Fique em casa* – articulando o sentido entre o enunciado verbal e a imagem das mãos, num gesto de união. O efeito de sentido é mobilizado no entrecruzamento entre a prática discursiva e a não discursiva, uma vez que a cada sujeito social é direcionado o apelo legitimado de um sujeito enunciador, representante da instituição religiosa no combate a pandemia.

Dessa forma, retomam-se as formas de governo pelo poder pastoral, conforme discutido na genealogia do poder como uma das estratégias de governo dos outros. Nessa ação de governar, segundo Foucault (2008, p. 168) “o poder do pastor é um poder que por definição se exerce sobre um rebanho, em seu deslocamento, no movimento que faz ir de um ponto a outro. O poder do pastor se exerce essencialmente sobre uma multiplicidade em movimento”.

Assim, é na condução dos sujeitos, no exercício do poder que sempre busca o bem de todos que se define o poder pastoral por seu bem-fazer, cuja razão de existir é fazer senão o bem, com o objetivo essencial da salvação do rebanho (FOUCAULT, 2008), por isso o efeito de apelo na voz de autoridade que emana do sacerdote, no discurso em análise. Assim, na retomada do discurso religioso, no tempo presente, no discurso sobre a pandemia, esse fazer o bem reveste-se de sentido ao reforçar a necessidade de ficar em casa, como o lugar de segurança, com vista a não disseminação do vírus.

A regularidade do sentido de fazer o bem aparece ainda na sexta materialidade discursiva da Figura 1. Embora produzida por outra instância de delimitação, marcada pela formação discursiva política, o sentido construído no enunciado *Fique em casa e faça o bem* reforça um duplo chamado: ficar em casa e, além disso, fazer o bem – seja por se prevenir da doença, seja por ajudar ao próximo. Nas condições de produção do discurso, ressaltamos que o enunciado é parte da campanha de mesmo nome, produzida pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão em parceria com entidades da cidade de Imperatriz, com a finalidade de ajudar aqueles que mais precisam de apoio, em meio à pandemia da Covid-19. Essa ajuda se efetiva pela arrecadação de recursos para cestas básicas que serão distribuídas a famílias carentes e profissionais impedidos de trabalhar durante o isolamento social, de acordo com notícia publicada no *site* da assembleia.

Essa relação de sentido em fazer o bem tem respaldo na relação interdiscursiva com o discurso religioso, na busca pelo bem-fazer como estratégia do governo do outro em diferentes relações de poder. Sobre isso Foucault (2008) argumenta que o fazer o bem é um dos componentes do poder, sendo definido pela capacidade de triunfar sobre os inimigos, o bem-fazer é apenas uma das





características em que se define o poder. É seguindo essa linha que o autor acrescenta que “o homem político é o pastor dos homens, é o pastor desse rebanho de seres vivos que a população de uma cidade constitui” (FOUCAULT, 2008, p. 189).

É assim que é preciso compreender como as instâncias de produção e circulação dos discursos estão autorizadas a enunciar. Promove-se o governo do outro não apenas no sentido restrito da palavra governo, relacionado ao que é estatal. Abre-se o leque para todas as formas de micropoderes que agem na governamentalidade das relações sociais, em prol de um biopoder que promova a vida em sua prioridade.

É por isso que vemos diferentes posições de sujeito que enunciam nas produções discursivas analisadas. Mesclam-se as vozes que reverberam diferentes relações de poder que governam os sujeitos, desde órgãos governamentais (governos federal, estadual e municipal) e demais instituições sociais, dentre elas a formação discursiva religiosa. Isso marca, de acordo com as palavras de Bert (2013), a tentativa de Foucault de ler o espaço social, não como algo uniforme, mas como algo composto de processos singulares, de relações de forças imanentes aos domínios nos quais elas se exercem e que formam uma espécie de guerra permanente que não cessa de se reinscrever.

Esses discursos aqui analisados produzem estratégias de normatização das práticas da vida cotidiana, sempre permeadas por articulação como as relações de poder e saber ao incidir sobre o espaço da casa como formas diversas de subjetivação no governo do outro. Desse modo, no espaço heterotópico domiciliar condensam-se todos os outros lugares nos quais os sujeitos não podem circular, em virtude das restrições impostas para a contenção do vírus. Criam-se assim, o lugar de trabalho, de lazer, de religião, de encontros virtuais, entre tantas outras formas de modos de subjetivação no espaço limitado da residência em diálogo permanente com o tempo e o espaço do que está fora, do que não é permitido transitar. Nesse sentido, “a heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis” (FOUCAULT, 2009, p. 435).

É nessa ordem discursiva que o enunciado em tela reveste-se de sentidos que mobilizam, nesta discussão, o espaço heterotópico da casa com as estratégias de poder e saber. O estado de quarentena favorece o aprisionamento do sujeito em seu domicílio tanto pelo viés do corpo saudável, quanto do doente, pois pela articulação com o saber da medicina, o distanciamento social é indicativo de contenção do risco. A doença sinaliza um acontecimento transitório. A quarentena tem um tempo determinado, porém, a ressignificação do espaço da casa permeia todas as relações daquilo que o sujeito busca no espaço movediço da segurança. Fique em casa!





5 PALAVRAS FINAIS

Para finalizar esta discussão, mas não como forma de conclusão, pois o discurso sempre está aberto a novos gestos de interpretação, recorreremos ao pensamento de Krüger Junior (2016, p. 30) ao afirmar que “pode-se admitir, dessa forma, que as heterotopias são intrínsecas à existência dos indivíduos que fundam o entorno social e esboçam um recorte de um momento único e definitivo das vivências humanas”.

Nesse lugar das heterotopias, buscamos analisar o enunciado *Fique em casa* pelo viés discursivo, de modo a entender o espaço da casa como heterotópico em tempos de pandemia, uma vez que esse espaço é ressignificado pelo complexo controle da doença, como lugar de segurança. Desse modo, o discurso permite adotar um gesto de leitura que instiga pensar o tempo presente como uma manobra do biopoder no governo da população.

A pandemia do Coronavírus singulariza o lugar da casa como espaço heterotópico, no qual se aprisionam os sujeitos em prol do bem-estar de todos. A normatização através dos dispositivos de segurança promove efeitos de exclusão, já que fica isolado não somente o doente, mas também o sadio, ao mesmo tempo em que promove a seguridade social, minimizando os riscos e disseminação do vírus, na valorização da vida que se quer preservar.

Ao ler a história do presente em discursos sobre a pandemia, pelo viés da arqueogenealogia foucaultiana, observa-se a ruptura com a linearidade das coisas ditas e postas como verdade, pois a irrupção do acontecimento da pandemia sinaliza as rupturas, as discontinuidades e fragmentações da vida cotidiana. Por isso, a Análise do Discurso fomenta uma visão que amplifica a produção de sentidos que se distancia de um único olhar sobre o objeto. A AD oferece um escopo de leitura que não visa revelar uma realidade, situada para quem do dito, mas como ferramenta de desnaturalização do sentido e das práticas – discursivas e não discursivas, na produção de modos de subjetivação do sujeito.

REFERÊNCIAS

- BERT, J. F. **Pensar com Michel Foucault**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2013.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FERNANDES, C. A. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.





FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das Ciências – Resposta ao Círculo de Epistemologia. *In*: FOUCAULT, M. (org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 82-118

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 27. ed. São Paulo: Edições Graal, 2007b.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins fontes, 2008.

FOUCAULT, M. Outros espaços. *In*: FOUCAULT, M. (org.). **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. (Ditos e escritos III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422

FOUCAULT, Michel. **História da loucura: na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2010a.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

KRÜGER JUNIOR, D. A. Foucault: a heterotopia como alternativa para pensar o espaço social. **Enciclopédia**, v. 5, p. 23-37, 2016.

INDURSKY, F. FERREIRA, M. C. L. (org.). **Michel Pêcheux e análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Clara Luz, 2005.

SANTOS, A. G. P. dos. NASCIMENTO, E. F. do. A algoritmização da vida no discurso da pandemia: notas sobre a categorização numérica do sujeito. *In*: FRANÇA, M. de; SOUZA, A. J. de; GRANGEIRO, C. R. P; PEREIRA, M. L. de S. (org.). **Estudos linguísticos e literários: abordagens**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 176-197

UJVARI, S. C. **A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos**. São Paulo: Contexto, 2012.

Artigo recebido em: 26/06/2020

Artigo aprovado em: 14/12/2020

Artigo publicado em: 23/12/2020

COMO CITAR

NASCIMENTO, M. E. F. do; SANTOS, A. G. P. dos. Fique em casa: heterotopia, biopoder e construção de sentidos em discursos sobre a pandemia de Covid-19. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1-19, e02030, 2020.

